



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**



INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IF GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA DIFICULDADE DE
SOCIALIZAÇÃO

IPAMERI-GO
JUNHO 2023
LUCIANO NOGUEIRA DOS SANTOS



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

SSA237 Santos, Luciano Nogueira
a O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA
DIFICULDADE DE SOCIALIZAÇÃO / Luciano Nogueira
Santos; orientadora Uíara Vaz Jordão. -- Ipameri,
2023.
28 p.

Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em em
Especialização em Formação de Professores e Práticas
Educativas) -- Instituto Federal Goiano, Campus
Ipameri, 2023.

1. Transtorno do espectro. 2. Educação especial.
3. Socialização. I. Jordão, Uíara Vaz, orient. II.
Título.



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo: _____

Nome completo do autor:

Luciano Nogueira dos Santos

Matrícula:

2021112302360190

Título do trabalho:

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA DIFICULDADE DE SOCIALIZAÇÃO

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

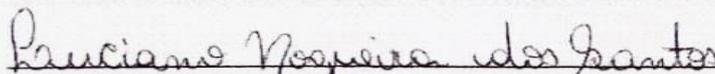
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri

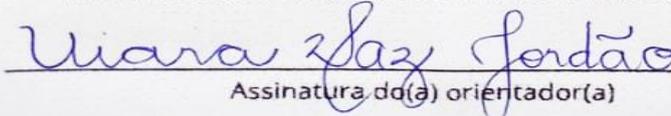
Local

24 / 07 / 2023

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais



Assinatura do(a) orientador(a)

Ciente e de acordo:



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 5/2023 - NAPNE-IPA/CENS-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

ATA DE DEFESA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, às 16h30min, reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de trabalho de conclusão de curso, em nível de especialização, intitulado **O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA DIFICULDADE DE SOCIALIZAÇÃO**, de autoria de Luciano Nogueira dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas, do Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof. Ma. Uíara Vaz Jordão, que fez a apresentação formal dos membros da Banca: Prof. Ms. Rhennan Lázaro de Paulo Lima e Prof^o. Dra. Maria Luíza Batista Bretas. A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 30 min, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinada, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**, com a **média final 9,8**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas, na área de concentração em Educação, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até 30 (trinta) dias da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Conclusão de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Assinado eletronicamente

Profa. Ma. Uíara Vaz Jordão - **Orientador e Presidente**

Assinado eletronicamente

Prof. Ms Rhennan Lázaro de Paulo Lima - **Membro Titular Interno**



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Assinado eletronicamente

Profa. Dra. Maria Luíza Batista Bretas - **Membro Titular Interno**

Observação:

() O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- Maria Luíza Batista Bretas, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/07/2023 20:19:49.
- Ulara Vaz Jordao, COORDENADOR(A) - FG0001 - NAPNE-IPA, em 29/06/2023 17:55:49.
- Luciano Nogueira dos Santos, 2021112302360190 - Discente, em 24/07/2023 13:09:19.
- Rhennan Lazaro de Paulo Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/07/2023 13:44:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/06/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 509349

Código de Autenticação: 2dcdf0679d





O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA DIFICULDADE DE SOCIALIZAÇÃO ¹

Luciano Nogueira dos Santos²
Uiara Vaz Jordão³

RESUMO

O tema deste artigo é de importância para toda a comunidade acadêmica, pais e estudantes. O termo autismo foi postulado pela primeira vez pelo psiquiatra Paul Eugen Bleuler e desde início das descobertas um grande avanço no seu quadro de compreensão e de pesquisas para uma melhor qualidade de vida de pessoas com esse transtorno. Questões relacionadas ao que é o autismo, quando ocorre e a relação do estudante com professores e seus pares dentro de sala de aula são os fatos abordados neste trabalho. O método de pesquisa consiste em referências bibliográficas de artigos já publicados. A educação inclusiva vem de fato fazer parte de uma nova realidade para a qual a princípio, os educadores não se encontravam preparados. Eles tem buscado meios para se qualificar, seja com cursos on-line ou por trocas de ideias entre os seus pares. Tornar a inclusão algo real é possível para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou qualquer outro tipo de necessidade específica e isso os torna parte ativa da sociedade.

Palavras-chave: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA; EDUCAÇÃO ESPECIAL; SOCIALIZAÇÃO.

ABSTRACT

The theme of this article is of importance to the entire academic community, parents and students. The term autism was postulated for the first time by the psychiatrist Paul Eugen Bleuler and, since the beginning of the discoveries, a great advance in his framework of understanding and research for a better quality of life for people with this disorder. Questions related to what autism is, when it occurs and the student's relationship with teachers and their peers within the classroom are the facts addressed in this work. The research method consists of bibliographical references of articles already published. Inclusive education is in fact part of a new reality for which, at first, educators were not prepared. They have been looking for ways to qualify, either through online courses or through the exchange of ideas among their peers. Making inclusion something real is possible for people with Autistic Spectrum

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri, em (2022).

² (nogueiraluciano1@hotmail.com) Acadêmico Luciano Nogueira dos Santos

³ (uiara.jordao@ifgoiano.edu.br); Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



Disorder (ASD) or any other type of specific need, and this makes them an active part of society.

Keywords: AUTISM SPECTRUM DISORDER; SPECIAL EDUCATION; SOCIALIZATION.

INTRODUÇÃO

Este artigo se embasa nos trabalhos das professoras Camargho *et al* (2020), Onohara *et al* (2018) e Bezerra (2019), tendo sido consultadas fontes bibliográficas de vários outros autores, como Gomes e Teran (2017), Liberalesso (2020), Mantoan 2003 e Mayra Gaiato (2018).

O objetivo deste artigo é dissertar sobre o espaço escolar e o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo relevante tanto para a comunidade escolar quanto o público em geral. Questões relacionadas ao que é o autismo, quando ocorre e a relação do estudante com professores e seus pares dentro de sala de aula são os fatos abordados neste trabalho

O método de pesquisa para este trabalho consiste em referências bibliográficas de artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca 2002, p. 32)

A pesquisa realizada em torno de bibliografias auxilia o pesquisador na análise de um segundo olhar e um estudo mais criterioso dos artigos que já foram publicados, aprofundando e trazendo uma nova visão sobre a temática apresentada.



1. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Desde o início das descobertas sobre autismo houve um grande avanço no seu quadro de compreensão e de pesquisas para uma melhor qualidade de vida de pessoas com esse transtorno. O termo autismo foi postulado pela primeira vez pelo psiquiatra Paul Eugen Bleuler:

O termo “autismo foi utilizado pela primeira vez em 1908 pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler para descrever pacientes com sintomas que ele julgava semelhantes àqueles observados na esquizofrenia. [...] uma vez que ele acreditava que esta não se tratava de uma doença única, mas, sim, de um grupo de doenças com núcleo psicopatológico semelhante. (Liberalesso 2020, p.13)

Bleuler no ano de 1908 intitulou autismo para certo grupo de patologias que ele acreditava reunir não uma, mas várias psicopatologias semelhantes observadas em suas análises científicas. Ele se utilizou do termo autismo como forma de significação, em que o indivíduo se retrai para dentro de si vivendo em um mundo paralelo à realidade, com rotina definida e repetições. Quanto ao conceito da palavra autismo ele é:

“de origem grega ‘autos’ cujo significado é próprio ou de si mesmo, sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança” (Wellichan 2017, p. 2).

Observa-se que o indivíduo terá autismo por toda sua vida, sendo papel da escola e da família auxiliá-lo na sua socialização proporcionando o devido acolhimento dentro da sociedade.

Outro importante estudo sobre o autismo, foi realizado pelo psiquiatra alemão Leo Kanner:

Em 1943, o psiquiatra alemão Leo Kanner publica o clássico artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 crianças que apresentavam uma “tendência ao isolamento e um intenso desejo pela mesmice”. Este artigo é considerado, historicamente, um dos mais importantes no estudo do transtorno do espectro autista (TEA). (Leo Kanner 2020, p. 14).



Kanner é o primeiro a analisar transtornos semelhantes e a realizar um grande estudo sobre autismo, pois ele estuda crianças que tendem ao isolamento social, não gostam de mudar sua rotina, não gostam de barulho, e sua fala é repetitiva sem nexos em conversas sociais, ficando na “mesmice”. Foi a partir dos estudos dele que outros cientistas buscaram aprofundamentos para o tratamento do autismo.

O termo autismo “descreve o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos” (Gomes e Teran 2017 p.447). Alguns dos sujeitos com TEA vivem isolados socialmente, podem apresentar movimentos e falas repetitivas, podem repetir coisas que ouviram, às vezes, sem sentido numa conversa social. Podem apresentar dificuldades para se socializarem devido ao fato de não conseguirem concluir, muitas vezes, seus pensamentos, idéias ou suas atitudes.

Os padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, são elementos centrais do TEA, que se manifestam por meio de interesses restritos por objetos ou determinados assuntos, rotinas disfuncionais com dificuldade a mudanças ou ritualísticas, estereotípias motoras e preocupações excessivas com partes de objetos. (SOUZA, Nunes 2019).

Uma pessoa com TEA em grande parte, dependendo do nível em que se encontra, não tem interesse social, pois no meio de outros indivíduos parece viver em um mundo retraído. Não se socializa, não consegue manter o olhar e foca em certos objetos ou pessoas, não elaborando respostas sensatas ao que lhe é perguntado, desvia seu olhar e gestos para algo que não tenha sentido quando se fala com ela. Na maioria das vezes se irrita com o barulho, possui vocabulário limitado, não demonstra interesse em jogos ou brincadeiras; quando brinca, se dedica a apenas um brinquedo e sem se relacionar com outros indivíduos, apresentando movimentos repetitivos.

“Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado” Borges (2005, p. 3 apud Bortolozzo 2007, p. 15).



Como forma de nortear o diagnóstico após várias observações realizadas optou-se por utilizar o “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM), um livro editado por uma associação médica americana. Nele tem-se a base de consultas e definições sobre diagnósticos de doenças neuro mentais.

Utilizado pelos profissionais de saúde do mundo – como um norteador para o diagnóstico das condições neuropsiquiátricas. No DSM, constam os critérios clínicos, sinais e sintomas necessários para o diagnóstico de cada transtorno mental, sendo um uniformizador de termos e conceitos para os profissionais de saúde ao redor do mundo.(Liberalesso 2020, p.16)

É importante a publicação do DSM, (atualmente está na publicação número 5) pois é um norteador para pesquisadores e médicos no mundo todo, tem-se nele uma base científica para compreender e laudar precisamente síndromes psiquiátricas. Nele se encontra vários critérios clínicos para o diagnóstico e os conceitos que os profissionais e médicos poderão utilizar em seus laudos.

O autismo se apresenta em três níveis: leve, moderado e severo. Quanto a eles “estão classificados no nível 1 pessoas que necessitam de apoio ocasional e que os déficits na comunicação social provocam pouca repercussão em suas relações interpessoais” (Liberalesso 2020, p.23). Nesse nível as pessoas precisam de pouca ajuda para realizar tarefas fáceis, apesar da sua limitação conseguem ter uma boa relação social. Espera-se que desempenhe funções como uma pessoa qualquer como falar, brincar e estudar.

Nas brincadeiras também se pode notar que esses indivíduos não brincam do modo funcional, podem enfileirar os objetos, separar por cores, e não aceitar interatividade com outras pessoas.

No nível 2 moderado, “estão classificados [...] pessoas que apresentam déficit nas suas habilidades de comunicação social (verbal e não verbal)” (Liberalesso 2020 p.24). Neste nível estão aqueles indivíduos que precisam de certos estímulos para se socializar, para se fazer entender e entender os outros, precisam de mais suporte tanto familiar e profissional se comparado ao nível 1. Apresentam dificuldades em autonomies na maior parte de suas ações diárias, há dificuldade em estabelecer relações sociais, se isolam com mais intensidade e



apresentam pouco contato social. Indivíduos com TEA, em muitos casos, não sabem dar prosseguimento em atividades simples, ficando sem interação e com falas sem expressão.

Nível 3 severo, “estão classificados pessoas com comprometimento muito grave na comunicação social verbal e não verbal e cujo comprometimento traz intenso prejuízo, ou, até mesmo, impossibilita a ocorrência e a manutenção de interações sociais interpessoais” (Liberalesso 2020, p.24). Neste nível, o indivíduo precisa de muito apoio, muita ajuda. Geralmente usa fralda, não consegue ir ao banheiro ou fazer tarefas diárias que uma pessoa, normalmente consegue realizar sozinha. Não tem autonomia, precisa sempre de terapia, cuidados a todo momento, vive isolado, sem flexibilidade mental. Alguns podem até falar, mas sua fala, muitas vezes, é inteligível, podem apresentar atraso cognitivo mas, com tratamento e uma equipe multidisciplinar, talvez seja possível a criança transitar para o nível 2, moderado.

2. O QUE A LEGISLAÇÃO DIZ SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, EM ESPECIAL, SOBRE A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)?

Destaca-se aqui algumas importantes leis aprovadas que nortearão os direitos das pessoas com deficiência, em especial com TEA.

Lei nº 8.742, DE 7 de Dezembro de 1993, garante a toda família com criança PCD (pessoa com deficiência) no seu artigo 20 a garantia de cadastrado no Cad Único. Com renda familiar per capita menor que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo a pessoa tem o direito a ser inscrita no BPC (Benefício de Prestação Continuada), garantido assim uma renda mínima para ajudar nas despesas, para que possa prover a sua manutenção financeira. Assim diz o Artigo 20: “O BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência [...] que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (Brasil 1993).

A oferta de ensino de educação para estudantes com necessidades especiais esta garantido na rede regular de ensino e previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Segundo consta no seu Capítulo III, art. 4º, inciso III, é dever do Estado



garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (LDB 9394/96). A preferência de atendimento aos estudantes com deficiência é na rede regular de ensino e para isso a escola tem de estar preparada em todo seu espaço e equipe para este atendimento.

Segundo a LDB no artigo art. 58. § 1º diz que, “sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno com necessidades especiais” (LDB 9394/96). Neste caso, as escolas devem possuir o atendimento especializado que deve ser feito em contra turno para estudantes com deficiência e nas salas de Atendimento Educacional Especializado, conhecido como AEE. O atendimento na sala de AEE é feito com um professor ou profissional especializado para que possa auxiliar o aprendizado do estudante e deve ser realizado em parceria com o professor regente de sala de aula.

A Lei 7611/2011 diz repetido sobre a educação destinada a todas as pessoas com deficiência, as quais tem o direito de estar em uma sala de aula de ensino regular, tendo a oportunidade de convívio social, destituindo a escola de ensino especial a qual segregava-os do convívio social com outros estudantes. Segundo a lei “a oferta de educação especial deve ser preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil 2011).

A primeira lei que apresenta o TEA e diretrizes para atuação junto à pessoa com este transtorno é a Lei 12764/12 que em seu Art. 1º “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução”. Esta lei é importante pois garante que todos “com transtorno do espectro autista é considerado pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Brasil 2012).

Esta lei entrou em vigor devido à atuação de Berenice Pianna:

[...] mãe de um menino autista. Sua busca por inclusão para o seu filho deu origem à lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que definiu o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma deficiência e ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país. (Autismo e Realidade, 2020)



Garante-se com esta lei, que todos os direitos essenciais das pessoas com deficiência estão voltados também para as pessoas com autismo, garantindo acompanhamento e avaliação com o objetivo de se criar políticas públicas para atendimento multidisciplinar, medicamentos e acesso a nutrição de pessoas com autismo.

[...] Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; [...]

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; (Brasil, 2012)

À lei nº 12764/12, tem-se a Lei 13977 promulgada em 8 de Janeiro de 2020, que leva o nome de “Lei Romeo Mion” um adolescente autista e filho do apresentador de televisão Marcos Mion em que se formalizou o uso da carteira nacional de identificação da pessoa com TEA. Esta carteira de identificação é válida em o todo território nacional, garantindo prioridade de atendimento médico, e assistência tanto pública e privada conforme se apresenta:

Art. 1º Esta Lei, denominada “Lei Romeo Mion”,[...] entra em vigor “para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita. [...]

“Art. 3º-A . É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205 e 206 relacionado a educação diz o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno



desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Brasil 1988)

A Constituição Federal propõe que a educação é um direito de todo cidadão, o direito ao ensino deve ser ministrado em condições de igualdade para o acesso e permanência de “todos” na escola. A LDB discorre no seu artigo 58, o seguinte sobre a educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. [...] § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida (LDB 9394/96).

A LDB garante ao estudante com deficiência o “direito” de estudar em escolas de ensino regular onde poderão se socializar com crianças de sua idade. Haverá na escola de ensino regular um atendimento especializado para estudantes com deficiência que são as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

3. O ESPAÇO ESCOLAR E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A escola é um local de socialização, passagem de tradição cultural e de valores, pois o ser humano tem a necessidade de passar os seus conhecimentos de cultura e modo de vida ao longo dos tempos para seus descendentes, nesse sentido desde os primórdios da sociedade, existe a educação. Desde a época em que o homem ainda fazia desenhos nas cavernas isso era um tipo de educação, em que se passava de pai para filho suas tradições.

Sociedades antigas como por exemplo, a Grécia não aceitavam a condição de deficiência como algo natural entre a sociedade, mas pessoas nascidas assim eram eliminadas.

Platão no livro A República, e Aristóteles, no livro A Política, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes”



para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia. (Gugel 2015 p. 4).

Os romanos também não valorizavam a vida humana que nascesse com deficiência, “mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidos por famílias da plebe (Negreiros, 2014 p. 15).

Em Roma também se praticava algo inusitado, pessoas com deficiência poderiam ser recrutadas para o “circo dos horrores”, atração para pessoas que poderiam pagar e ridicularizar o preconceito contra quem nascesse diferente do que a sociedade considerava “normal”, bem como servir de empregados para diversos serviços considerados marginalizados pela sociedade.

(...) cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes. (Silva, 1987 p.130)

A Idade Média, é “uma civilização da palavra e dos sentidos, em que a transmissão dos conhecimentos e das tecnologias das instituições especializadas e de textos escritos se dão oralmente” (Petitat 1994, pág 49). É uma sociedade dedicada ao oralismo e, com isso, a educação foi transmitida por oralidade e observação. O conhecimento na sociedade mais carente era repassado aos mais novos sem uma instituição dedicada ao letramento, enquanto para a população mais nobre a Igreja dedicava um ensino erudito.

Ao final da Idade Média a humanidade começa a se desenvolver cientificamente, “a escola generaliza a cultura escrita, segmenta-se em estágios e níveis, o diploma transforma-se em esperança de mobilidade social e o conhecimento científico, em esperança de libertação” (Petitat 1994, p. 5).

A escola passa a ter um papel importante na formação do cidadão moderno a partir do iluminismo e nisto, a Revolução Francesa utiliza as bases para uma educação contemporânea.



1ª) orientação cívica e patriótica, inspirada em princípios democráticos e de liberdade. 2ª) Educação como função do Estado, independente da Igreja. 3ª) Obrigatoriedade escolar para a totalidade das crianças. 4ª) Gratuidade para o ensino primário, correspondente ao princípio da obrigatoriedade. 5ª) Laicismo ou neutralidade religiosa. 6ª) Comêço de unificação do ensino público em todos os graus de acesso dos mais capazes aos graus superiores (Petitat 1994 p. 157)

Estas foram as bases do ensino até os dias atuais que guiam a educação como um todo, uma orientação patriótica, uma função do Estado com gratuidade para todos, com neutralidade religiosa e acesso aos graus superiores de ensino.

No Brasil, o ensino escolar somente surge, após a chegada nas terras recém descobertas da Companhia de Jesus:

A leitura, a escrita e o cálculo eram, de fato, os conteúdos próprios para a instrução, que davam base para a compreensão das Sagradas Escrituras. Ter acesso aos catecismos, livros, cantos religiosos, realizar o complicado cálculo dos dias e das festas religiosas, entender e acompanhar ativamente os ritos e os sacramentos era tudo o que se esperava da instrução dos gentios. Isso os civilizava, pacificava, transformando-os em súditos da Coroa e “filhos de Deus” (Xavier 1994, p.43).

A educação nesta época era sim, utilizada como forma de catequização e conquista mas, ao mesmo tempo abria-se portas para a chegada de escolas no Brasil, que foi concretizado anos depois na vinda da coroa portuguesa.

A escola deve ser inclusiva, trazer para dentro do convívio social os estudantes, ensinando não somente o que esta na grade curricular mas sim uma educação para a vida. Escola é palco de cultura, socialização, diversidade, humanização, resiliência, ambiente para a convivência social de todo ser humano, adultos e crianças.

[...] escola não pode ficar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens de nossos valores e sentimentos (Mantovan 2003, p. 12)



A escola tem o dever de inserir o aluno na sociedade, instruindo as diferenças, mostrando que apesar de algumas incapacidades todos somos capazes de superação, sejam materiais ou genéticas podemos romper limites. E mesmo o autismo ou qualquer tipo de deficiência ela pode ser superada, ensinando o estudante a aprender a ler e escrever. Com isto a equipe escolar consegue mostrar ao estudante que é possível vencer obstáculos impostos pela vida.

É na escola o principal recurso para se assegurar o compartilhamento de saberes e socialização do ser humano, é ela a responsável por receber o aluno com todo tipo de diversidade, apontando caminhos para formar um cidadão consciente e mediador de conhecimento.

A escola inclusiva deve “ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis” (Mantoan 2003, p. 81). Logo, o papel do professor na inclusão é determinante, é necessário aprimorar a sua formação com cursos, livros dedicados ao assunto, compartilhando suas experiências com outros professores para que haja novas formas de vencer as dificuldades encontradas no dia a dia.

A educação é um direito universal e a inclusão deve sustentar e defender o direito da igualdade humana, a diversidade deve ser um fator para enriquecimento educacional. Ela não deve restringir o estudante com deficiência, mas dar a ele condições de conviver em salas de ensino regular. A escola é um local onde toda a comunidade esta envolvida e a inclusão significa romper os antigos paradigmas e apontar novos rumos na socialização desses estudantes.

Os Direitos Humanos reforçam que a educação inclusiva é fundamental para sustentar e defender o exercício da dignidade humana e da cidadania. A necessidade de inclusão, por sua vez, não se restringe apenas aos educandos com algum tipo de deficiência [...]. Entende que a escola seja um espaço amplo que envolve todas as pessoas, pois a educação é um direito universal” (Noronha 2016, p.38).

Para auxiliar os alunos com deficiências, foram implantadas as Salas de Recursos Multifuncionais:



A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino surgiu com objetivo de atender a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização. (Silveira 2019, p.340)

Essas salas são preparadas para auxiliar no ensino em parceria entre o professor de sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e o professor regente, que devem auxiliar no norteamento das atividades desenvolvidas pelo aluno com dificuldade na aprendizagem. No ambiente das salas de AEE, é necessário que...

[...] as salas de recursos multifuncionais dentro das escolas, devem oferecer condições que levem o sujeito, a superar suas necessidades particulares/específicas e desenvolver suas habilidades, promovendo o sujeito as mais variadas situações pedagógicas, com os diversos materiais que a sala de recurso multifuncional possa oferecer, permitindo experimentações, elevando seu potencial cognitivo, sendo assim inserindo culturalmente e socialmente, bem como, estimular seu desenvolvimento intelectual, físico e psicológico dentro do espaço escolar, com os diversos profissionais que lá existem (Farias e Santos 2020, p.5).

O atendimento nas salas de AEE deve ocorrer em contraturno das aulas regulares, assim o professor especializado ajuda o estudante a superar suas dificuldades. É um trabalho que envolve não só a comunidade escolar, mas é essencial a ajuda da família, que acompanha de perto a educação de seus filhos, ajudando-os a se socializarem e inserido-os na cultura e aprendizado escolar.

O professor de AEE deve, a partir de suas observações criteriosas, criar os meios necessários para adequar o ensino a cada especificidade do estudante. “Cabe ao professor do AEE a partir de observação criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sócio cultural” (Prado & Freire 2001, p. 5).

É observando o desenvolvimento do estudante que o professor vai aferir a aprendizagem de cada um deles de acordo com o seu desenvolvimento.



4. A SALA DE AULA E O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), COM BASE NOS ESTUDOS DE ONOHARA *et al* (2018); BEZERRA (2019) e CAMARGO *et al* (2020)

A pesquisa apresentada por Onohara *et al* (2018), Bezerra (2019) e Camargo *et al* (2020) são pesquisas de campo com questionários aplicados a professores que ministram aulas em diferentes escolas e turmas do ensino regular e de AEE. Foram partícipes desta pesquisa 3 professores por Onohara *et al* (2018), 2 professores por Bezerra (2019) e 19 professores por Camargo *et al* (2020) e a apresentação destas pesquisas trazem clareza ao nosso objetivo apresentado em relação do espaço escolar e a pessoa com TEA.

O estudante autista vai estar inserida em todo contexto integral da escola, mas cada um tem a sua particularidade, cabendo a toda equipe escolar se engajar para auxiliar a criança no seu desenvolvimento e dos seus pares. O papel do professor em sala de aula é de mediador, de favorecer o conhecimento e a interação social dos estudantes e o seu aprendizado.

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação (Mousinho e colaboradores 2009, p.94).

O professor é o mediador do conhecimento e dentro da sala de aula exerce a função de auxiliar o estudante na sua interação com o ambiente de ensino. Embora esta seja a tarefa do professor muitos não se sentem preparados para uma efetiva atuação junto a estudantes com TEA.

A professora número 3 relata que sente um pouco de despreparo para a realização de suas aulas devido a não compreensão do que o estudante passa através de seus sentimentos, assim relatado por ela:

“essa questão da birra, pode ser feita na hora de que ele não quer mais realizar a atividade, talvez pelo limite dele, cansaço, não dá pra gente dizer



que é uma birra, mas às vezes ele não quer fazer nada, não sei te dizer, poderia ser uma birra ou cansaço também dele, né”...professora 3 (Camargo *et al* 2020, p.6)

Segundo a professora é difícil o estudante autista se comportar, pois ele não sabe se expressar ou o professor não sabe como lidar com a situação do seu aprendizado. Assim muitas vezes, por não saber compreendê-lo nas suas vontades, ocorre a “birra” o que segundo ela se caracteriza por cansaço ou pelo desejo de não realizar as atividades estabelecidas pelo professor. Parece que o estudante se sente entediado com a situação da rotina de sala de aula, onde ele precisa ler e realizar atividades.

Outros requisitos podem ser relacionados quanto à rotina em sala de aula, o que na maioria das vezes o aluno com TEA sente dificuldade de compreender a situação e, de acordo com a professora 4 o estudante não aceita mudança de rotina: “se o lixo muda de lugar ele nota, e vai lá e põe no lugar, tem coisa assim, que me encanta até nele e tem outros que não dão conta” (Camargo *et al* 2020, p.7).

Mas, o professor sozinho em sala sem o respaldo de alguém que venha auxiliá-lo, fica em uma tarefa árdua e difícil, pois ele já tem outros alunos, com ou sem deficiência, que precisam do seu acompanhamento, mas o autista necessita de alguém do seu lado impulsionando o seu aprendizado. Assim vemos no relato de outras professoras:

“é que sinceramente eu não sei o que ele aprendeu né, mas aprendeu algumas coisas né” (professora 7 , Camargo *et al* 2020, p.10)

“como é que eu vou saber se ele sabe o que o D com o A vai fazer DA? Eu não sei, eu não tenho esse retorno, e eu não sei como fazer isso, entendeu? Então o problema é meu, como eu posso fazer pra melhorar aquilo.” (professora 8, , Camargo *et al* 2020, p.10)

É isso da aprendizagem, seria isso como fazer que ele aprenda, é a minha principal dúvida assim, é onde eu me perco mais, como interagir com ele, entendeu? Como fazer ele aprender? (professora 18 , Camargo *et al* 2020, p.10)

Seria essencial ter em sala de aula um professor de auxílio para esses alunos com TEA para que o professor regente possa exercer com maior credibilidade e confiança o seu trabalho de ensino, segundo a professora Rosa:



[...] acredito que quando se tem criança com necessidades especiais numa sala de aula é preciso se ter um monitor, não só um cuidador, mas um monitor para auxiliar o professor nas atividades porque o cuidador é apenas para levar a criança para beber água, levar a criança ao banheiro, só para as necessidades físicas da criança. Então teria que ter uma pessoa... um pedagogo, uma pessoa com formação adequada para auxiliar o professor (Bezerra 2019, pág 40).

É necessário um professor especializado para auxiliar o aluno com TEA no seu desenvolvimento mas, na maioria das vezes, o papel é apenas do professor regente ou do professor de AEE:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais de nossas escolas [...] (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (Mantoan 2003, p.32).

O estudante com TEA necessita de um professor de apoio que possa orientá-lo durante os seus estudos, a professora 2 relata o caso de um estudante autista, em que ela defende que ele necessita de uma pessoa especializada para o ajudar em sala de aula, pois nessa fase educacional a criança precisa de ajuda em suas particularidades.

A criança autista está inserida no contexto integral da escola, mas por ter suas particularidades como gosto cognitivo, nível intelectual, etc, é importante que a equipe pedagógica identifique as principais características positivas e negativas com a finalidade de trabalhar tais pontos, isso é feito com a ajuda pedagógica do histórico (laudo) da criança e o comprometimento da equipe escolar junto as instituições que atendem a criança (Onohara *et al* 2018, p. 297).

Muitas vezes, existe a falta de uma formação acadêmica adequada para que o docente venha atuar com dinâmica no aprendizado do estudante de educação especial conforme a professora Margarida cita:

[...]a gente vê que tem cuidadores que tem uma formação, que tem interesse em estar naquela área atuando e contribuindo para o processo pedagógico do aluno, mas em contrapartida a gente tem a contratação de funcionários que não tem vínculo com o cenário da educação, nunca participaram de uma formação que fale das especificidades da educação especial e desse público alvo [...] não sabem de fato como lidar com a situação, como mediar o processo pedagógico, como fazer com que o menino participe das atividades, pra que essa inclusão aconteça. (Bezerra 2019, p.41)



Dessa forma o poder público tem visado economizar gastos e simplesmente contrata pessoas sem a formação acadêmica adequada para suprir a falta de profissionais especializados, o que acaba dificultando o trabalho do professor regente em dar um ensino de maior qualidade aos estudantes com TEA. Esse prejuízo é decorrente da política de contratação de profissionais sem licenciatura, somado à deficiência de materiais didáticos adequados, tanto no que se refere ao trabalho de especialistas quanto à aquisição de material. Ainda segundo o relato da professora Margarida ela pontua:

Eu vejo que a formação (dos professores) é muito defasada em relação ao aluno público alvo da educação especial. Tanto para os que atuam na primeira fase do fundamental, que são os pedagogos [...] quanto para o fundamental 2, que são os professores de disciplinas, que quando a gente vai ver a grade curricular dos cursos, tem uma disciplina, às vezes, que fala de uma maneira geral sobre o público alvo, mas não é nada que se aprofunde [...] (Bezerra 2019, p.41)

É essencial o atendimento nas salas de AEE, que tem a incumbência de ajudar o estudante com deficiência, para que tenha a capacidade de acompanhar e se desenvolver diante de seus pares. Segundo a Professora Margarida, a importância da sala de AEE se faz quando:

O profissional é comprometido, quando ele entende que tem um papel importante ali dentro, porque se você se diz que é só uma sala [...] de joguinhos [...] aqui não é só uma sala de joguinhos [...] Eu preciso que eles entendam e vejam que os joguinhos que tem lá estão desenvolvendo habilidades que são extremamente úteis para o contexto da sala de aula, para o contexto pedagógico [...] (Bezerra 2019, p.44).

Assim, esses profissionais são de extrema ajuda ao aluno autista, mas para que isso aconteça é essencial a correta profissionalização e valorização do professor. Com isto o resultado esperado são pessoas mais qualificadas, com competências e habilidades para lidar com cada tipo de atendimento especializado.

Sem a devida capacitação o profissional tem dificuldade em auxiliar o aluno como deveria e a falta desta sala faz com que o docente se sinta sem um norte a guiá-lo, deixando a sensação de uma certa incapacidade. Segundo a professora 10 a maior dificuldade encontrada



em sala é aquela em que se encontra um profissional com pouco respaldo para saber lidar com toda a diversidade dentro da escola, soma-se a isso salas lotadas, despreparo e desconhecimento do professor:

E essa questão da lei que veio de cima para baixo, eu queria ver a pessoa que criou a lei da inclusão que queria desmanchar as escolas especiais, vir para dentro da sala de aula e passar uma tarde inteira com 24 alunos que eles dizem como normais e os outros dois ou três, problemáticos dentro da sala de aula. Porque os problemas, com os normais a gente já tem problemas na sala de aula, imagina com uma criança que nem esse menino. (Camargo *et al* 2020, p.8)

No caso do relacionamento do estudante com TEA e seus colegas em sala de aula inclusiva, os professores têm se demonstrado com preocupação sobre como saber lidar com essa situação não tão nova, pois muitos de seus alunos autistas se mantêm isolados, o que dificulta a socialização entre esses e seus pares, segundo a professora 13:

Eles têm na socialização que é ele o centro, não deixa ninguém chegar perto dele, é difícil dele se entrosar e os outros também. Porque sempre acontece aquilo de “ah o “R” não vai brincar, porque ele não sabe brincar”, aquela coisa toda que mesmo que tu trabalhe, sempre acontece isso. (Camargo *et al* 2020, p.9)

Corroborando nesse mesmo sentido da dificuldade de interação entre os estudantes a fala da professora 16 sobre a falta de conhecimento sobre autismo:

Acho que a socialização deles é a maior dificuldade. Porque eles ficam só no mundo deles assim isolados. Tu não consegue fazer com que eles interajam com os outros colegas. Acho que é isso o mais difícil. (Camargo *et al* 2020, p.9)

Essa dificuldade de interação tem de ser tratada em sala, se o estudante autista não dá atenção por um espaço de tempo aos seus outros colegas, é o momento do professor por meio de dinâmicas e brincadeiras tentar lavá-lo a se distanciar do isolamento, tarefa desafiadora, mas não impossível, e que pode ser trabalhado em sala com mais preparo por parte do professor regente e do profissional de apoio.



Mesmo com toda a dificuldade encontrada pelas professoras da pesquisa, elas tem tentado se capacitar, é o que a professora Rosa relata. Ela tem buscado cursos para se profissionalizar, saber como lidar com os autistas, mas mesmo assim é compreensivo, (na visão dela) que o alunos se distraiam durante o momento das aulas por ser uma característica deste transtorno, se dispersando em seus pensamentos, quando acaba se isolando em seu “mundinho” assim relatado por ela:

Eu tenho dificuldade, por ser recém formada, eu sou há 5 anos e não me dá aquela bagagem, e não ter tido antes um aluno com TEA, então eu tô tendo essa dificuldade, porém eu estou fazendo um curso agora para trabalhar... pra lidar com essas situações. Estou fazendo um curso na FUNAD que é para trabalhar a inclusão dentro da sala de aula, então já era pra eu conseguir aprender a lidar com essas situações, porque as vezes eu tô explicando e realmente eu percebo que ele está no mundinho dele e não me acompanha. (Bezerra 2019, p.51)

Para diminuir essa disparidade do ensino, em que o autista se isola, essas profissionais da educação tem buscado por mais informações e capacitação, fazendo atividades diferenciadas que venham ao encontro do aprendizado do estudante, sem que ele tenha perda do ensino.

A professora 15 fala sobre o material que ela tenta trazer para o aluno, um material diferenciado de acordo com a capacidade de cada um:

Todo material pra ele é diferenciado. Até no início do ano a gente conseguia fazer com que, se os outros tavam rasgando papel ele rasgava também. Hoje que os demais já escrevem, já leem, as atividades já são diferenciadas, todo o material dele é diferente assim. As atividades dele ficam numa caixa e ali ele sabe a atividade que vai vir. O material dele é todo diferente dos demais. (Camargo *et al* 2020, p. 12)

A professora 3 diz: “tentamos desenvolver uma rotina que possa gerar segurança para trabalhar diversas habilidades” (Onohara *et al* 2018, p.297). O aluno autista (da pesquisa mencionada) objeto desse processo está em fase de alfabetização e realiza atividades próprias desse ciclo. Cabe ao professor fazer do seu trabalho uma busca por material e métodos de ensino para que seja possível a aprendizagem por parte de alunos com autismo ou não.



Ainda segundo a professora 7 é complicado buscar material para seu estudante autista. Não saber onde procurar e o que procurar, segundo ela, trouxe problemas em saber o que poderia dar certo ou errado: “eu sempre tentei fazer na minha aula as atividades que ele se interessa também, que ele tentasse fazer com que ele tentasse ajudar e com isso nessa questão eu tive dificuldade porque eu não sabia o que trabalhar com ele” (Camargo *et al* 2020, p.8).

O estudante também, precisa ter sua autonomia dentro da sala e fora dela, para que possa caminhar por seus próprios passos. Assim a professora 13 relata: “eu tenho mais problemas com a mãe dele, porque ela sim é uma pessoa que não deixa ele ter autonomia, eu deixo” (Camargo *et al* 2020, p.9). Sendo assim, a autonomia que a professora precisa fazer com que ele tenha é podado pelos pais que acabam não acreditando na capacidade de seu filho.

Também existem os pais que não estão preocupados com o ensino da criança e acabam não auxiliando o professor, deixando-as muito tempo sem ir as aulas por achar que a escola talvez não desenvolve o papel esperado por eles, o que é rebatido pelas professoras, como no caso da professora 1:

A família do aluno A não era presente na vida escolar dele. Não auxiliava com as tarefas enviadas para casa e nem garantia sua frequência às aulas. Durante o ano letivo ele saiu da escola duas vezes, sendo transferido para outra cidade e retornando um ou mais meses depois. (Onohara *et al* 2018, p.298)

Segundo a professora 3 “a família muitas das vezes é crítica no processo junto com a entidade que atende, não percebo interesse no desenvolvimento da criança no processo” (Onohara *et al* 2018, p.297). Os pais precisam ajudar os professores no processo de aprendizagem, pois são eles os mais próximos do estudante depois do professor, sendo assim uma ajuda essencial para a criança em desenvolvimento, sem esta ajuda complementar dos pais o ensino fica quase que estagnado.

As professoras acreditam ser possível alfabetizar um estudante com TEA, nota-se isso no seu desenvolvimento segundo a professora 14: “Eu percebo que depois que ela veio pra escola, ela já fala meu nome e da professora auxiliar, lógico que na maneira dela. Ela copia o nome dela, dentro dos limites dela, ela evolui né?” (Camargo *et all* 2020, p.15)



Isso demonstra que o estudante aprende e que é possível vencer a barreira que o separa do conhecimento. Assim, continua a professora 2: [...] “na sala de aula a interação já é maior, porque ele participa, ele senta, ele vai pra mesa. Outro dia tava tocando a música ele foi lá, pegou um amiguinho pela mão, começou a brincar de roda” (Camargo *et all* 2020, p.15). As possibilidades de que o aluno consiga se entrosar, compreender e, além disso, que o professor consiga aplicar o seu planejamento, se torna mais fácil e ao mesmo tempo fascinante, quando se descobre um meio em que a aprendizagem possa se realizar.

É maravilhoso perceber que a aprendizagem vai além de toda barreira, como salienta a professora 12, “às vezes a gente espera alguma coisa da criança e vem outra bem melhor do que aquilo que a gente esperava. Eu acho que são mais ganhos do que perdas pra gente” (Camargo *et all* 2020, p.15). É com ganhos e perdas que se percebe que o aprendizado vem se construindo a cada momento, uma interação entre estudante e estudante, professor e estudante, onde cada aprendizado se constrói uma imensidão de conhecimentos.

O professor precisa conhecer seus alunos, seus pontos positivos e negativos, e assim trabalhar exaltando as qualidades positivas do estudante com TEA. Agindo assim o professor consegue não só fazer com que ele se desenvolva cognitivamente, mas consiga retirar as barreiras que impedem seu relacionamento, seu entrosamento com seus pares, e reduz o isolamento do restante da turma. Assim define a professora Rosa:

Ele tem uma excelente aprendizagem, ele observa. Eu vejo que ele está no mundo dele, mas ele está prestando atenção em tudo o que a gente fala. [...] Tenho muito orgulho dele. Eu acho que ele tem um futuro promissor assim, basta só ser trabalhado, do jeito especial dele, ter esse cuidado sempre e respeitar os limites dele. (Bezerra 2018, p. 48)

Para que haja ganhos no ensino é necessário que haja entrosamento da equipe escolar, como a professora 4 observa bem:

Uma coisa que vejo aqui na escola que é muito positiva, eu acho que na escola todo mundo aceitou bem a inclusão, porque desde servente à cozinheira, não é só as professoras e a direção, sabe? Elas têm um carinho, elas ajudam, elas vêm se oferecer se precisa de alguma coisa, se a cuidadora



tá ocupada, chega assim e diz, mas se tu quiser, eu fico contigo aqui, sabe?
(Camargo *et al* 2020, p.16)

Esse entrosamento, essa ajuda que toda a equipe escolar tem com o estudante são as engrenagens que fazem com que a educação possa se mover, possa ser efetivamente elaborada para o estudante. Pois ele se sente bem e acolhido, vê na escola um lugar de confiança, de aprendizado, de vivência e harmonia. Para isso a escola tem de buscar meios de se adequar ao estudante, segundo o que diz a professora 3: “mas é necessário se pensar soluções para adequar a escola para receber esse aluno e não o aluno se adequar a escola, como vem acontecendo” (Onohara *et al* 2018, p. 301).

Melhorar a qualificação, buscar novas maneiras de se ensinar, trazer o estudante de TEA para dentro da sala de aula, não só fisicamente, mas que ele compreenda e se sinta bem naquele local. Diante deste estudo se demonstra ser possível socializar, ensinar e ao mesmo tempo ter trocas de conhecimentos com toda a turma e colegiado da escola.

Um conceito alargado de Educação Inclusiva pode ser concebido como um princípio e uma orientação para fortalecer a educação, com vista a um desenvolvimento sustentável, aprendizado ao longo da vida para todos e acesso igual de todos os níveis da sociedade às oportunidades de aprendizagem. (UNESCO, 2005 apud Rodrigues; Rodrigues, 2011 p.291)

Vivemos em um tempo moderno no qual a sociedade busca na inclusão a dinâmica de se adequar às necessidades especiais de cada pessoa. Assim “a normalização visa tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas as condições e os modelos de vida análogos aos que são disponíveis, de modo geral, ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade” (Mantoan 1998, p.120).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva vem de fato fazer parte de uma nova realidade para a qual, a princípio, os educadores não se encontravam preparados, o que muitas vezes, pode chocá-los. Entretanto, em tal contexto tenta-se buscar novos meios de se adequar, por meio de cursos ou



ESPECIALIZAÇÃO EM
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

por iniciativa do próprio profissional que busca meios para se qualificar, seja com cursos on-line ou a busca por trocas de ideias entre os seus pares.

A inclusão é uma realidade no aprendizado que tenta extrapolar os muros da escola, é um aprendizado ao longo da vida, pois o professor irá nortear um mapa em que o estudante deverá caminhar, pois nunca se aprende tudo, embora exista ensino desde o nascimento ao fim da vida.

A inclusão veio atender a uma demanda da sociedade em que cada ser humano tem o seu valor dentro de sua limitação, dentro de sua particularidade, de sua capacidade, no qual se busca ser mais justo e igualitário entre as pessoas. Tornar a inclusão algo real e possível para pessoas com TEA ou qualquer outro tipo de necessidade específica, as torna parte ativa da sociedade, ao qual em outras épocas não se dava o devido valor a essas pessoas.

Este trabalho deixa em aberto novas inserções que poderão ser aproveitadas e acrescentadas em um trabalho futuro, pois o estudo sobre o TEA é amplo, é vasto e são várias as dimensões que se podem pesquisar a respeito do tema. Nesse sentido, este trabalho vem auxiliar os professores que estejam em sala de aula atendendo com amor e dedicação ao ensino que deve ser inclusivo, acolhedor e de reconhecimento da valorização do ser humano.



REFERÊNCIAS

- LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 2ª edição Senado Federal, ano de 2018.
- LIBERALESSO, Paulo. Autismo: Compreensão e Práticas Baseadas em Evidências. 1ª edição, Curitiba, 2020
- BEZERRA, Mônica M. da Silva. A visão docente sobre a inclusão de um Aluno com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar: desafios e possibilidades, 2019. Repositório Ufpb disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16283> acessado em 03/03/2022
- ONOHARA, Meiko H; CRUZ, José Anderson Santos; MARIANO, Maria Luiza. Educação Inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I, 2018. Periódicos Unesp. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/12020/7832> acessado em 06/03/2022.
- PAULA E PEIXOTO, Jessyca Brennand de Paula E Mônica Ferreira Peixoto. A Inclusão do Aluno com Autismo na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades. Dezembro, 2019.
- CAMARGO, Sígla Pimentel Hörer; SILVA, Gabrielle Lenz; CRESPO, Renata Oliveira; CALLEB, Rangel; MAGALHÃES, Suellen Lessa. Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo. Scielo 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt> acessado em 01/02/2022
- BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_208_.asp acessado em 03/08/2021
- LINHAS DE CUIDADO. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/> acessado em 04/10/21
- AUTISMO E REALIDADE. Berenice Piana, 2020. Disponível em <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas>, acessado em 16/06/22
- SEMANA ACADEMICA. Corrent Nikolas, 2016. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. Disponível em <https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes> acessado em 16/06/2022.